

**OS PADRÕES DE CONSUMO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE SEGUNDO AS
CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES E TERRITORIAIS: UM ESTUDO A
PARTIR DA PAD-MG 2009.**

Juliana de Lucena Ruas Riani
Pesquisadora da Fundação João Pinheiro

Karina Rabelo Leite Marinho
Pesquisadora da Fundação João Pinheiro

Resumo:

O objetivo desse artigo é analisar o comportamento dos gastos em educação e saúde em Minas Gerais para o ano de 2009, levando em consideração algumas características sócio demográficas do domicílio, bem como a sua diferenciação por regiões de planejamento do estado. Para tanto, foram utilizados os dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais – PAD-MG. Os resultados mostram que a apesar do comportamento dos gastos em educação e saúde serem influenciados pela renda domiciliar, fatores ligados à composição demográfica dos domicílios, tais como sexo e escolaridade do seu chefe, também devem ser levados em consideração.

Palavras-chave: Consumo domiciliar, Características do domicílio, Educação, Saúde.

Área temática 3: Demografia

OS PADRÕES DE CONSUMO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE SEGUNDO AS CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES E TERRITORIAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA PAD-MG 2009.

Juliana de Lucena Ruas Riani*
Karina Rabelo Leite Marinho**

1. INTRODUÇÃO

Análises das estruturas de orçamento familiar permitem a realização de investigações capazes de apontar pistas sobre características das sociedades e particularidades regionais, por meio tanto da identificação dos padrões dos mais variados tipos de consumo, como do estabelecimento de pesos relativos das principais rubricas de despesa e do nível de homogeneidade entre naturezas de gastos.

Um elemento importante para o engendramento deste tipo de análise é a consideração da influência de elementos não apenas socioeconômicos como também demográficos e culturais sobre os padrões de consumo, tais como a composição e o tamanho das famílias, além das características demográficas do chefe do domicílio.

A aplicação do conhecimento gerado pela análise de dados sobre orçamentos e despesas, por sua instância, é significativamente ampla, permitindo, desde o estabelecimento de inferências acerca dos padrões de estratificação das sociedades, até o subsídio para a formulação de políticas públicas sobre acesso a bens e serviços.

O presente artigo advoga, portanto, pela pertinência de estudos que se deem na esfera da análise dos comportamentos e padrões de consumo das populações. Para tanto, após breves comentários a respeito dos modos como a abordagem econômica clássica vê o tema, buscaremos expor algumas críticas sociológicas ao emprego do comportamento maximizador como norteador das maneiras de alocação do consumo. A partir de tais críticas consideramos como os conceitos oriundos das teorias de estratificação social fazem emergir o uso de variáveis pertinentes para a análise do consumo, e como tais variáveis se mostram presentes em pesquisas pertinentes ao tema, como a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), empreendida pelo IBGE, e o módulo relativo ao consumo, na Pesquisa de Amostra de Domicílios (PAD), empreendida pela Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais. Finalmente, algumas conclusões obtidas a partir da análise descritiva da PAD serão apontadas.

2. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O COMPORTAMENTO DO CONSUMO

De um ponto de vista teórico, perspectivas mais tradicionais sobre comportamentos de consumo, utilizam conjuntos de informações relacionadas a preços e rendimentos, capazes de explicar elementos das variações nas demandas de mercadorias específicas e serviços, em níveis individuais, sendo comumente formuladas em termos de preços e rendimentos de natureza monetária. Tal abordagem se organiza

* Pesquisadora da Fundação João Pinheiro

** Pesquisadora da Fundação João Pinheiro

em torno de três premissas fundamentais. Em primeiro lugar, as preferências individuais são relativamente estáveis e relativamente similares, independentemente do contexto cultural ou social em que se dão, ou seja, as preferências são estáveis entre culturas. Em segundo lugar, há uma racionalidade nas escolhas individuais, que faz com que indivíduos maximizem suas preferências a partir de um nível ótimo de informações. E, finalmente, os comportamentos individuais são regularizados por uma situação de mercado (Becker, 1988). Trata-se, assim, da perspectiva em torno da qual o comportamento humano – inclusive o comportamento de consumo – pode ser compreendido pela maximização de ações diante de um conjunto estável de preferências e de um nível ótimo de informações, em um contexto de mercado.

Na teoria microeconômica do consumidor, o consumo irá depender da restrição orçamentária, dada pela sua renda e preço dos bens, e das suas preferências. Na abordagem clássica assume-se que as preferências são racionais e que os consumidores tem conhecimento exato de toda informação relevante para as suas decisões de consumo. A teoria neoclássica pressupõe, portanto, que os consumidores alocam a sua renda para a aquisição de bens e serviços, maximizando o próprio bem-estar.

A abordagem econômica clássica para a compreensão dos padrões de consumo assume que preferências não se alteram substancialmente no tempo, não se diferem entre indivíduos de posições socioeconômicas distintas, ou entre indivíduos em diferentes sociedades e culturas. Diante disto, um conjunto importante de críticas a esta perspectiva emergiu em função de sua desconsideração de elementos de natureza cultural e histórica. Assim, a necessidade de incorporação de normas, padrões de natureza cultural e processos de socialização na análise dos comportamentos de consumo se fez presente no contexto destas críticas, no qual o mercado constitui, ele próprio, um fato histórico, localizado geograficamente, e não exclusivamente um mecanismo de estabelecimento de preços. (Swedberg, 1994). Ainda, a abordagem neoclássica sobre padrões de consumo parece ignorar, segundo a crítica, as limitações de informações sobre mercados e salários (Lang e Dickens, 1994), em um pressuposto da competição perfeita, situação factível de um ponto de vista teórico e abstrato, mas não empiricamente mensurável (Sørensen, 1994).

Deste modo, comportamentos de consumo são influenciados por fatores que transcendem a abordagem econômica clássica, fatores estes de natureza sociológica, como capacidade de barganha, informações sobre as características dos mercados e preferências. Estas, por sua instância, podem variar em função de diferenças entre indivíduos, como sua localização na estrutura de estratificação social, raça e gênero (England, 1992), além de sua participação em redes de interação social (Granovetter, 1994). Além disto, preferências podem se guiar não exclusivamente por objetivos individuais, mas, também, pela cooperação em direção a objetivos de grupos (Anderson, 2001), daí a pertinência de se levar em consideração o ‘lugar social’ ocupado por indivíduos, no processo de compreensão dos padrões de consumo. Neste sentido, a análise sociológica deste tipo de comportamento incorpora os processos de formação de gostos e preferências (Bourdieu, 1986), o que leva à centralidade da consideração do efeito de variáveis como ocupação, sexo, idade, características das famílias e lugar de residência. O consumo, portanto, vincula-se e elementos outros que a disponibilidade material.

Em suma, a racionalidade nos processos de tomada de decisão sobre consumo é limitada não exclusivamente por características do mercado, mas, também, por elementos oriundos de contextos culturais específicos (Swedberg, 1994), por elementos das situações, em que há maior ou menor disponibilidade de mecanismos de confiança (March e Simon, 1975), bem como pelos mecanismos de formação de preferências (Bourdieu, 1986). Nesta direção, outra crítica à abordagem econômica, pela sociologia, diz respeito à incorporação do conceito de capital social à análise. O capital social depende das propriedades da estrutura social, em particular dos modos de constituição de suas redes de relação, da continuidade das relações sociais e da multiplicidade dessas relações. A teoria neoclássica, diferente da sociologia, ignora tais aspectos da estrutura social, ou os trata como aspectos de natureza endógena.

Assim, a análise dos comportamentos de consumo transcende as abordagens colocadas a partir do *homo oeconomicus*, na medida em que tais comportamentos são conformados, também, por valores de natureza cultural. Ou seja, decisões sobre consumo ocorrem não somente no contexto de estruturas sociais mas, também, no âmbito da cultura, o que leva à proposição de uma relação de complementariedade da análise econômica pelo ferramental teórico sociológico, permitindo a incorporação de diversos processos sociais ao estudo dos fenômenos econômicos, inclusive sobre consumo. A combinação dos princípios teóricos econômicos e sociológicos pode proporcionar análises mais complexas e esclarecedoras.

A partir de tais críticas e propostas de ampliação das perspectivas sobre consumo, conceitos oriundos das teorias sobre estratificação social mostram-se pertinentes. De fato, observa-se que mudanças na estrutura de alocação de status nas sociedades se fazem sentir por meio de mudanças na distribuição de padrões de consumo, dos mais variados serviços e bens.

O Brasil, ao longo das últimas décadas, tem observado importantes mudanças socioeconômicas e demográficas, passíveis de compreensão por meio da análise dos padrões de consumo. Entre tais mudanças, ocorreram alterações significativas nas composições familiares, na participação das mulheres no mercado de trabalho e nos processos de urbanização. Segundo o IBGE, atualmente, 83% da população brasileira vivem em áreas urbanas, percentual correspondente a 56% na década de 1970. (IBGE, 2004). Tais mudanças se refletem nos padrões de estratificação social da sociedade brasileira. Deste modo, os comportamentos de consumo se dão em um contexto no qual a proporção de pessoas cuja classe de destino se difere da classe social do pai aumentou nas últimas décadas. Além disto, outras mudanças nos modos de estratificação puderam ser mensuradas, tais como aquelas relativas ao crescimento da classe de trabalhadores manuais não qualificados e redução do número de trabalhadores rurais (provavelmente decorrente do processo de urbanização) e crescimento dos setores médios da sociedade. (Pastore e Valle, 2000).

A posição ocupada pelos indivíduos nas relações de produção, por sua instância, é outro elemento importante para a compreensão dos padrões de consumo. O esquema teórico advindo desta perspectiva baseia-se na estrutura ocupacional e nos conceitos de posição de trabalho, de modo a enfatizar a pertinência de variáveis relativas ao trabalho na constituição das bases de dados sobre populações (Pastore, 1979). Entretanto, elementos mais tradicionais em um contexto social podem persistir, por meio da transmissão de status pelas oportunidades educacionais, outro grupo pertinente de

variáveis no âmbito dos estudos sobre estratificação, características populacionais e padrões de consumo. (Haller e Portes, 1969).

Os padrões de consumo de uma população, por sua instância, constituem importantes indicadores do seu bem estar social, além de indicativos da desigualdade social e econômica, caso ocorra uma heterogeneidade muito grande dos padrões de consumo das diferentes classes sociais. Em grande medida, essa aquisição vai depender da renda disponível das famílias para a aquisição desses bens e serviços, porém, outros fatores também podem afetar a forma diferenciada como as famílias alocam suas rendas para os bens e serviços, como já mencionado. A estrutura etária dos domicílios pode, deste modo, afetar o padrão dos seus gastos. Assim, por exemplo, domicílios que possuem pessoas em idade escolar terão um gasto com educação maior que aqueles que não possuem, por outro lado, domicílios que possuem pessoas idosas poderão ter um gasto maior em saúde que aquelas cujos moradores são mais jovens.

Entretanto, o consumo não implica apenas a satisfação das necessidades tidas como essenciais - educação, saúde e alimentação, ele também possui um significado simbólico, no sentido de que representa um conjunto de processos e interações sociais. Esse significado simbólico, que os economistas chamam de “preferências”, possui para a teoria da Nova Sociologia Econômica um sentido muito mais amplo e contradiz o pressuposto neoclássico da racionalidade dos indivíduos, como também já mencionado. Dessa forma, é importante analisar as despesas domiciliares não apenas com base na renda dos domicílios, variável crucial para as escolhas dos consumidores, mas também levando em conta algumas características do domicílio e o perfil do seu chefe.

3. PADRÕES DE CONSUMO E BASES DE DADOS DISPONÍVEIS

Bases de dados com níveis de desagregação territorial, que levem em conta características tanto individuais quanto domiciliares, como é o caso da Pesquisa de Amostra de Domicílios (PAD), permitem conhecer os modos de estratificação em um determinado contexto, por meio da captura de questões relativas a desigualdades educacionais, raciais e de gênero, de prestígio e status ocupacional, entre outros. A PAD também possibilita a análise dos padrões de consumo da população de Minas Gerais. Essa é uma dimensão pouco explorada nas pesquisas domiciliares, principalmente no caso de Minas Gerais. Para este estado, dados dessa natureza só são possíveis através da Pesquisa de Orçamento Familiar – POF – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Porém, a POF não possibilita uma investigação mais aprofundada, principalmente no que tange a desagregação por região de planejamento.

Os principais estudos que analisam as despesas no Brasil utilizam como fonte de dados a POF. Esta base de dados permite demonstrar haver um grande diferencial de rendimentos e despesas entre o setor rural e urbano, mas principalmente entre as áreas metropolitanas (Diniz et al, 2007 em IPEA, 2007). As áreas rurais possuem um gasto mensal familiar per capita menor que as urbanas e bem menor ainda que as áreas metropolitanas. Destaca-se também o grande diferencial de renda e consumo entre os 10% mais ricos da população brasileira. A distribuição das despesas com alguns itens mudam com o aumento da renda. À medida que a renda aumenta diminui a participação dos gastos com alimentação, habitação e vestuário, por outro lado, aumenta a participação dos gastos com transporte, educação, recreação e cultura, saúde e outras despesas correntes.

No que diz respeito aos dados relativos à educação, e ainda fazendo uso dos dados da POF, são consideradas despesas com este item não apenas aqueles gastos dedicados a mensalidades e matrículas, mas também com aquisição de livros didáticos e revistas técnicas, artigos escolares, uniformes e outras despesas, de modo que mesmo alunos de escola pública contem com alguma despesa desta natureza (Castro e Vaz, 2007, em IPEA, 2007). A análise dos resultados mostra uma evolução crescente da participação dos gastos com educação entre as POFs de 1987-1988 e 2002-2003. Esse aumento ocorreu principalmente em função do aumento das matrículas no ensino superior privado e do aumento dos preços relativos das mensalidades escolares entre o período analisado. Os resultados também mostram que o gasto com educação está fortemente ligado a renda per capita das famílias. Segundo Castro e Vaz (2007), esse comportamento está relacionado com o fato das famílias mais ricas, no ensino fundamental e médio, colocarem seus filhos em escolas particulares e terem maior acesso ao ensino superior, seja público ou privado. As autoras ressaltam ainda que a desigualdade de gastos educacionais entre as famílias nos diferentes estratos de renda aumentou com o tempo, ou seja, o gasto em educação aumentou mais para as famílias mais ricas, representando um dos itens de despesa com maior desigualdade dos gastos.

Quanto aos determinantes educacionais, o estudo mostra que no estrato de renda mais baixo não há muita diferença no gasto em educação entre domicílios chefiados por brancos e negros, porém, essa diferença aumenta nos estratos de renda mais alta (domicílios com chefes brancos gastam mais). Já a escolaridade do chefe é um dos fatores determinantes para as despesas destinadas à educação, independente da renda familiar per capita. Quanto maior a escolaridade maior o nível de despesa em educação.

Análises de despesas realizadas com saúde, por sua instância, devem considerar a família como unidade, pois grande parte dos gastos com saúde é coletiva, como, por exemplo, os gastos com plano de saúde (Silveira, Osório e Piola, 2007 em IPEA, 2007). Os gastos com saúde, em 1998, representavam o quarto grupo mais elevado de despesas, atrás dos gastos com habitação, alimentação e transporte. Nesse item de despesa, também verifica-se uma forte correlação com a renda, porém, há uma diferenciação do tipo de gasto com saúde entre os mais pobres e mais ricos, ou seja, para a parcela mais pobre da população predomina o gasto com medicamento, enquanto que para a parcela mais rica predomina o gasto com planos de saúde.

Portanto, inúmeras investigações empíricas são possíveis a partir da análise da estrutura do orçamento familiar, desde que levadas em consideração variáveis relativas às características socioeconômicas de populações e territórios. Neste sentido, a Pesquisa de Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG) também constitui, assim como a POF, ferramenta de grande importância para o engendramento de investigações desta natureza, com a particularidade de fornecer possibilidades de análises mais detalhadas para o estado de Minas Gerais, por considerar de maneira mais pormenorizada suas diferenças e peculiaridades regionais.

4. O CASO DE MINAS GERAIS – PAD-MG 2009

A PAD-MG é uma pesquisa domiciliar, de periodicidade bianual, coordenada pela Fundação João Pinheiro (FJP). A primeira edição ocorreu em 2009 e os resultados da edição de 2011 estarão disponíveis no primeiro semestre de 2012. A PAD se constitui uma importante fonte de informações para conhecer diversas características da

população mineira, tanto do ponto de vista geográfico, pois ela possui representatividade para as mesorregiões, regiões de planejamento de Minas Gerais, Região Metropolitana de Belo Horizonte e para o município de Belo Horizonte, quanto do ponto de vista temático.

Do ponto de vista temático, a PAD 2009 coletou informações relativas à população mineira no que concerne a elementos como saúde, educação, renda, trabalho, juventude, assistência social e condições de moradia, entre outros. Além disso, a PAD-MG coletou, também, informação referente aos gastos da população. Foram coletados dados relativos ao gasto com educação, saúde, habitação, alimentação e bebidas no domicílio, gastos diversos realizados pelo domicílio (vestuário, artigos de higiene pessoal e limpeza da casa, recreação e cultura e outros gastos diversos), gastos individuais realizados fora do domicílio, como transporte público e particular, comunicação, alimentos e bebidas fora de casa e imposto de renda. Focalizaremos apenas os dados referentes à educação e saúde, considerando a composição dos diferentes itens de gastos, a sua diferenciação por Região de Planejamento e algumas características dos domicílios. O tratamento desses dados será comentado na próxima subseção e em seguida serão apresentados alguns resultados.

4.1 Tratamento dos dados

As despesas com educação e saúde foram coletadas para cada indivíduo. Com relação à educação foram mensuradas, em Reais, as despesas mensais feitas com mensalidade escolar, transporte para se locomover até a escola, gastos com merenda, além da consideração da categoria “outros gastos”. Além disto, foram mensuradas as despesas anuais realizadas com material escolar, matrícula e uniforme escolar. A pesquisa define como gastos monetários em educação aquelas despesas cujo pagamento foi efetuado por meio monetário, à vista, a prazo, por cartão de crédito, carnê de mercadorias, consórcio, entre outros. Já na área da saúde, foi investigado o último gasto com atendimento médico, com transporte para esse atendimento, último gasto em internação, gasto mensal em plano ou seguro saúde e gasto mensal em remédios de uso contínuo e ocasional.

Como as despesas em educação e saúde foram coletadas para cada indivíduo, optou-se por analisar o total gasto nos domicílios com esses serviços. Dessa forma, o gasto de cada componente do domicílio¹ foi somado para se obter o total gasto domiciliar em cada item. Como os gastos de um domicílio dependem, em parte, do total de pessoas que compõem esse domicílio, o gasto total mensal do domicílio em cada item foi dividido pelo número de moradores do domicílio.

Para a obtenção do gasto médio mensal domiciliar per capita em saúde, foram totalizadas as despesas médias mensais de cada item de saúde (gasto com atendimento médico, transporte, internação, plano ou seguro de saúde, remédios de uso contínuo e remédios de uso ocasional). Na PAD-MG há quesitos que identificam se a pessoa procurou atendimento médico e se possui plano de saúde. Para o cálculo dos gastos médios mensais desses itens só foram considerados os indivíduos que relataram que procuraram atendimento médico e/ou que possuíam plano de saúde. Já para o caso de

¹ Considerou como membro do domicílio, em toda a análise, todas as pessoas moradoras exceto as que possuíam relação de pensionista, empregada (o) doméstica (o) ou parente de empregada (o) doméstica (o) com o responsável pelo domicílio.

gastos com remédio não há como diferenciar o indivíduo que necessitou ou não, dessa forma, quem não havia algum gasto relatado foi considerado como tendo gasto zero em remédios.

Outra questão importante é com relação ao período de referência considerado em cada quesito. Os quesitos referentes às despesas com plano ou seguro saúde, gasto com remédio de uso contínuo e gasto com remédio de uso ocasional tiveram como período de referência o gasto realizado nos últimos 30 dias. Já para os quesitos referentes ao gasto com atendimento médico, gasto com transporte para esse atendimento e gasto com internação foi indagado qual o último valor pago com esses serviços. Não há como saber a periodicidade desses três itens de gasto em saúde. A metodologia adotada para compatibilizar os períodos foi considerar que as despesas com atendimento médico e transporte se referem a um período de um mês e as despesas com internação, ao período de um ano, sendo, portanto, dividida por 12 para obter a despesa mensal com internação.

Os gastos com educação tiveram um tratamento semelhante. Tomando o domicílio como unidade de pesquisa, e distinguindo aqueles domicílios que realizam este tipo de gasto daqueles que não realizam gastos com educação, a despesa média domiciliar per capita em educação foi obtida a partir da totalização dos gastos médios mensais de cada item de educação (mensalidade escolar, transporte para se locomover até a escola, merenda, matrícula, uniforme, material escolar e outros gastos). A unidade temporal também foi padronizada, de modo a permitir considerar gastos mensais em todas as categorias abordadas.

Após o tratamento dos dados relativos aos gastos em educação e saúde, a análise dessas despesas levou em consideração a sua distribuição percentual bem como as diferenças em termos territoriais e relacionadas aos elementos sócio demográficos dos domicílios.

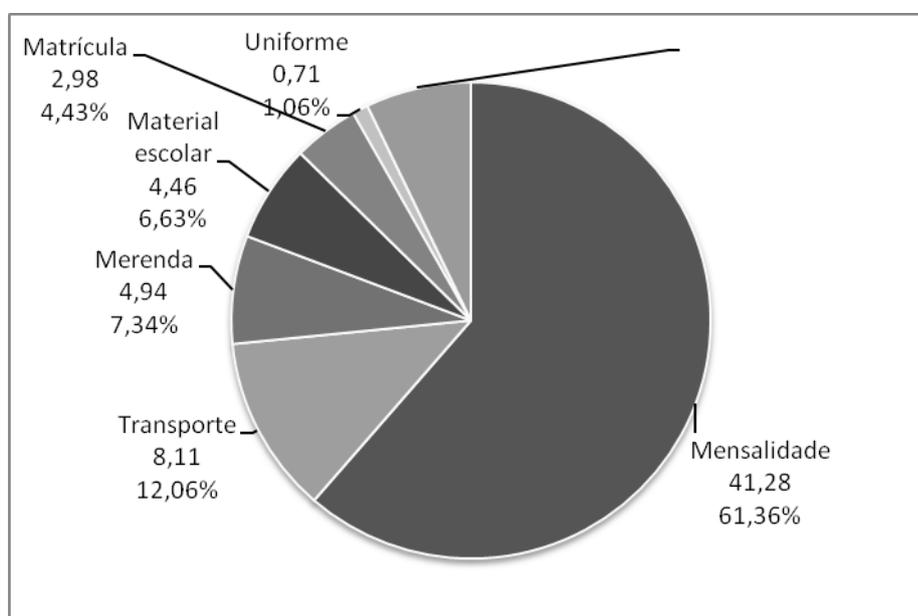
4.1 Gastos com educação e saúde

No que concerne particularmente aos gastos com educação e saúde, verifica-se, com os dados da PAD de 2009, que em Minas Gerais os domicílios realizaram um gasto maior em saúde, R\$96,74, que em educação, R\$67,28.

Para além de todos os argumentos aqui apresentados em torno da importância de se conhecer os padrões de consumo em suas múltiplas dimensões, o estudo das despesas, realizadas pela população, com itens relativos à educação e à saúde tem a pertinência de apresentar análises que possivelmente geram complementariedade dos estudos sobre indicadores educacionais de um modo mais geral. Neste sentido, uma informação central diz respeito ao percentual de domicílios que realizam gastos desta natureza. De acordo com os dados obtidos pela PAD 2009, 73% dos domicílios urbanos e 76,84% dos domicílios rurais de Minas Gerais não realizam qualquer gasto com educação. Entre aqueles nos quais este tipo de despesa estava presente à época da pesquisa, observou-se que mais da metade é destinada ao pagamento de mensalidades (61,36%), seguido do gasto com transporte (12,06%), conforme pode ser visto no Gráfico 1.

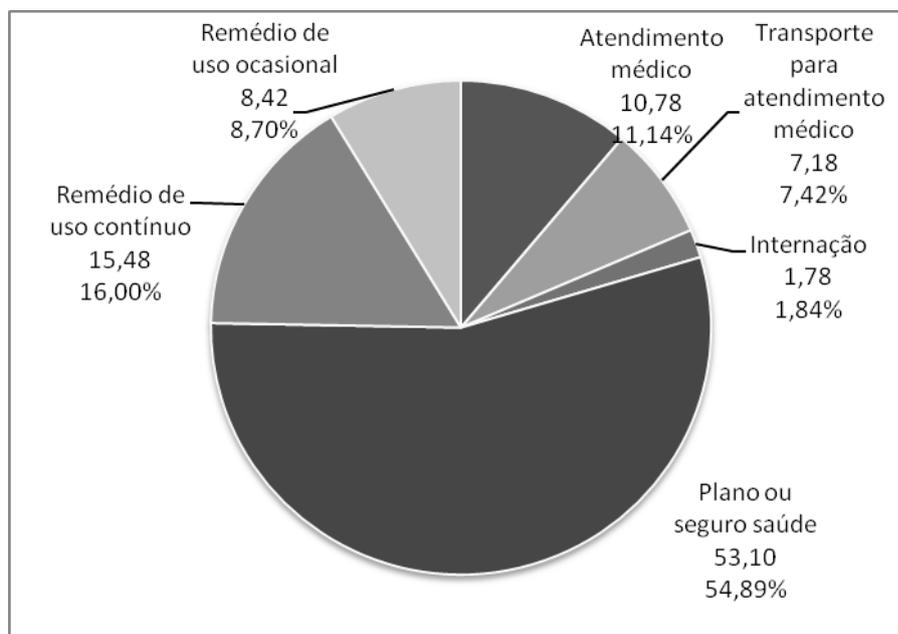
No caso da saúde, grande parte dos gastos foi para pagamento de plano ou seguro saúde (Gráfico 2). De acordo com os dados da PAD-MG, 23,3% da população de Minas Gerais declararam utilizar esse tipo de serviço, sendo que 41,4% dos que possuem plano de seguro declararam ter gasto zero com ele. As despesas com remédios de uso contínuo também possuem significativa participação dentre os gastos com saúde. Com relação às despesas com atendimento médico, elas representam 11,14% do total dos gastos desta natureza. Tal fato deve ser melhor investigado, pois em 2009, 22,76% da população relatou ter precisado e procurado atendimento médico nos últimos 30 dias. Desses, 37,7% tiveram o atendimento financiado pelo serviço público e 40,9% financiado integralmente ou parcialmente pelo plano de saúde. Um dos motivos para esse valor mais expressivo para o gasto em atendimento pode ser o fato do período de referência não ter sido relatado. Dentre os itens de saúde investigados, o gasto com internação é o que possui o menor peso. Isso é esperado já que apenas 6,0% da população relatou ter sido internada nos últimos doze meses por motivo de saúde. Dentre esses, a maioria não gastou com a internação (92,1%).

Gráfico 1: Despesa mensal média domiciliar per capita em educação



FONTE: Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), 2009

Gráfico 2: Despesa mensal média domiciliar per capita em saúde



FONTE: Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), 2009

A Tabela 1 apresenta um resumo das despesas com educação e saúde considerando algumas características dos domicílios, tais como local de residência, renda per capita, escolaridade do chefe, número de filhos, etc. A inclusão dessas variáveis permite levar em consideração padrões sociais de comportamento, conhecer diferenças entre tipos de regiões do estado no que se refere aos padrões de consumo e no que se refere às diferentes tipos de domicílios.

Tabela 1: Despesa mensal média domiciliar per capita em educação e saúde por características do domicílio – Minas Gerais, 2009

Características do domicílio		Saúde	Educação
Setor	Urbano	97,06	74,30
	Rural	93,26	16,85
Quintil de renda	1º quintil	74,12	28,41
	2º quintil	50,33	24,01
	3º quintil	64,47	40,68
	4º quintil	90,58	71,19
	5º quintil	154,76	209,79
Composição domiciliar	Pessoa sozinha	219,73	515,88
	Casal sem filhos	159,44	158,20
	Casal com filhos	69,27	56,61
	Casal com filhos e outros	61,98	35,59
	Chefe com filhos	88,54	75,77
	Chefe com filhos e outros	66,61	41,65
	Chefe com outros	108,35	141,20
	Casal com outros	88,82	22,86
Sexo do chefe	Homem	90,27	64,95
	Mulher	107,21	71,07
Cor do chefe	Branca	116,49	90,12
	Preta	69,26	37,46
	Parda	79,28	52,59
Escolaridade do chefe	Sem escolaridade	77,43	15,47
	Primário incompleto	92,08	21,73
	Primário completo	96,57	32,89
	Fundamental incompleto	63,90	28,60
	Fundamental completo	96,52	48,63
	Médio incompleto	88,50	49,74
	Médio completo	91,87	94,33
	Superior incompleto e completo	138,96	242,14
Número de filhos no domicílio	Sem filhos	160,39	172,92
	1 filho	89,96	66,46
	2 filhos	63,79	59,07
	3 filhos	51,63	47,45
	Mais de 4 filhos	32,65	21,15

FONTE: Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), 2009

Considerando as despesas segundo a localização dos domicílios, percebe-se uma grande diferenciação entre os dois setores para o gasto em educação. O gasto com mensalidade é o responsável por essa diferença já que a despesa com mensalidade no urbano é de R\$45,88, contra R\$8,31 no setor rural (Tabela 2). No caso da saúde, apesar

da similaridade entre os dois setores, observa-se uma diferenciação em relação ao item de gasto. Os domicílios situados na área rural possuem maior gasto para atendimento médico e gasto com transporte para esse atendimento que os situados na área urbana.

Tabela 2: Despesa mensal média domiciliar per capita em educação e saúde por localização do domicílio – Minas Gerais, 2009

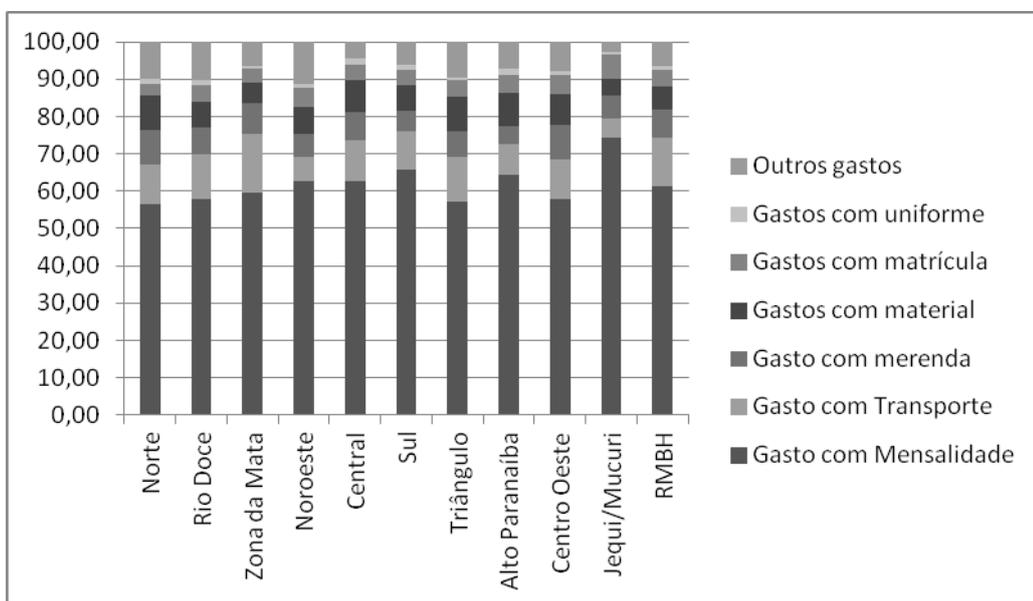
Gasto em Educação	Urbano	Rural
Gasto com Mensalidade	45,88	8,31
Gasto com Transporte	8,93	2,19
Gasto com merenda	5,43	1,42
Gastos com material	4,68	2,88
Gastos com matrícula	3,31	0,61
Gastos com uniforme	0,76	0,34
Outros gastos	5,31	1,11
Total	74,3	16,85
Gasto em saúde	Urbano	Rural
Gasto com atendimento médico	10,25	15,47
Gastos com transporte para atendimento médico	6,38	9,96
Gasto com internação	1,84	1,32
Gasto com plano ou seguro saúde	53,24	50,72
Gasto com remédio de uso contínuo	16,42	10,23
Gasto com remédio de uso ocasional	8,93	5,56
Total	97,06	93,26

FONTE: Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), 2009

De modo similar, os gastos não se distribuem de maneira aleatória quando regiões de planejamento do estado são consideradas. Assim, gasta-se mais com educação em regiões como a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a Zona da Mata e o Triângulo Mineiro, e menos em localidades das regiões Norte, Central (sem considerar a RMBH) e Centro Oeste. No caso dos gastos com saúde, a Zona da Mata e a RMBH possui os maiores gastos, enquanto que as regiões Central e Noroeste são as que possuem menor nível.

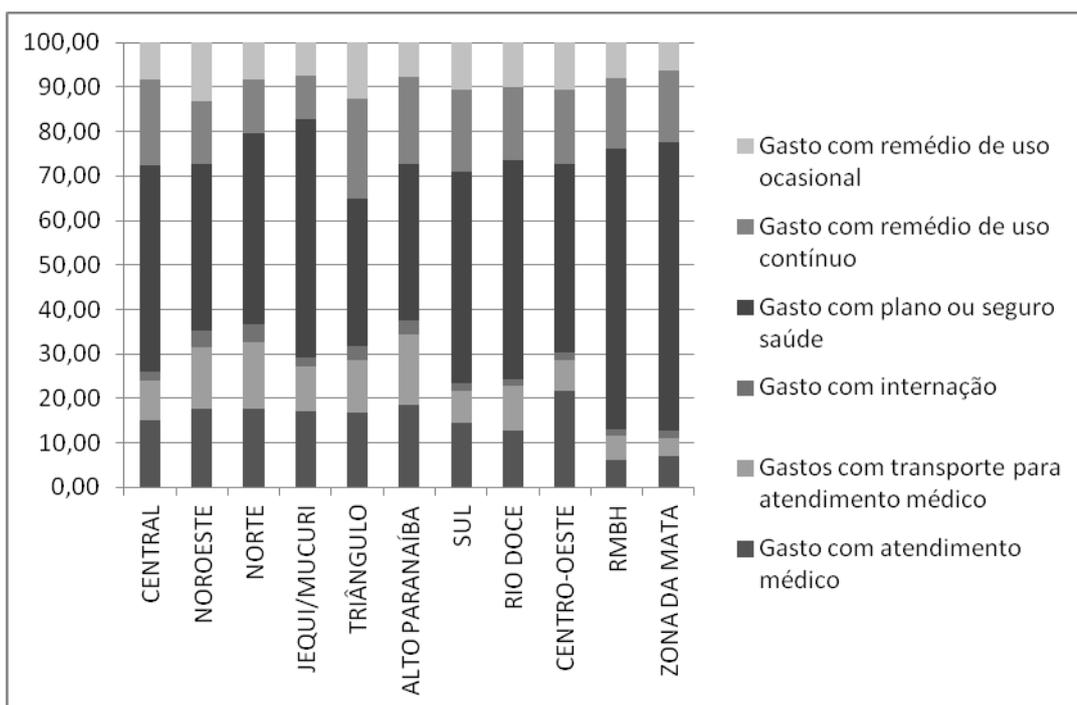
A distribuição da natureza das despesas médias mensais per capita com educação e saúde não parece variar conforme diferenças regionais, principalmente com relação à educação (Gráficos 3 e 4). Deste modo, independentemente da Região de Planejamento considerada, a maior parte dos gastos mensais com educação se concentra no pagamento de mensalidade escolar. No caso da saúde, apesar do pagamento com plano de saúde ter maior peso em todas as Regiões de Planejamento, há diferenças significativas como quando compara-se o gasto com esse item entre o Triângulo e a Zona da Mata.

Gráfico 3: Distribuição percentual da despesa média mensal domiciliar per capita com educação (%) por Região de Planejamento



FONTE: Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), 2009

Gráfico 4: Distribuição percentual da despesa média mensal domiciliar per capita com saúde (%) por Região de Planejamento



FONTE: Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), 2009

Como já discutido, o nível de despesa de uma sociedade está associado com alguns hábitos culturais, mas, também, com a disponibilidade de recursos para a aquisição dos itens de consumo. Dessa forma, é importante analisar as despesas levando em consideração o nível de renda dos domicílios. Nesse sentido, procurou-se fazer uma análise das despesas dos domicílios em educação e saúde considerando estratos da renda total per capita do domicílio. Como renda total per capita domiciliar considerou-se a soma de todos os rendimentos dos membros do domicílio mais os benefícios recebidos pelo domicílio (Bolsa Família, BPC idosos, BPC deficiente, Bolsa Alimentação, PETI, Agente Jovem, benefícios de igreja, ONGs e sindicatos e outros) dividido pelo total de pessoas do domicílio.

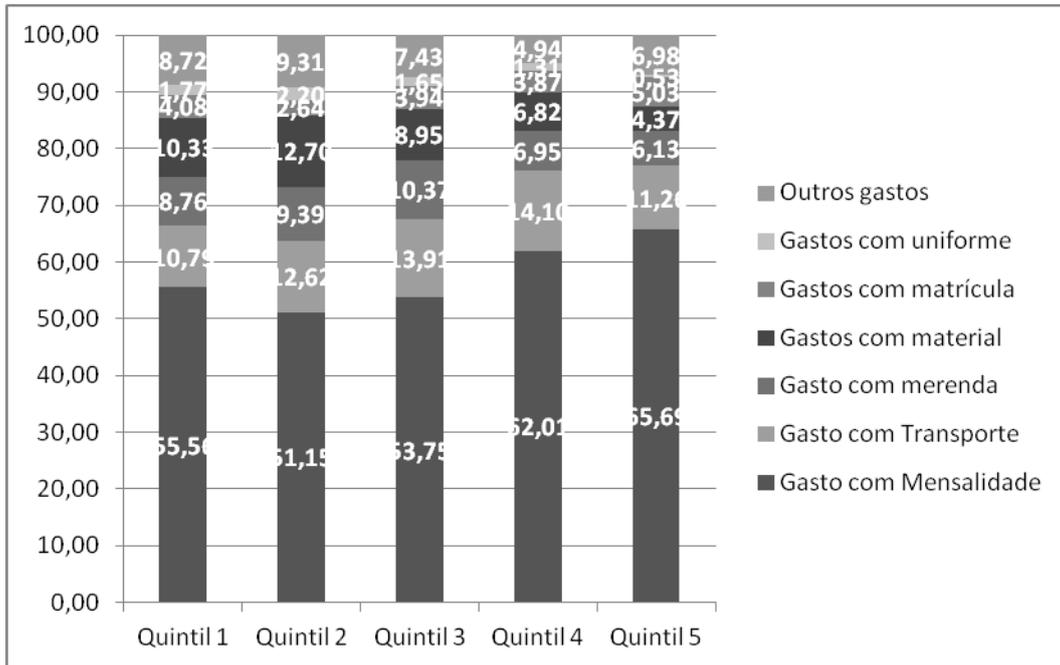
A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas dos quintis da renda total domiciliar per capita, percebe-se o grande diferencial de renda entre o primeiro quintil, cuja renda total média é de R\$62,93, e o último quintil, com renda média de 1.777,70%. Esse diferencial reflete na aquisição de bens e serviços relativos à educação e saúde, conforme pode ser visto na Tabela 1. Como é de se esperar, os gastos com educação e saúde possuem forte relação com a renda per capita do domicílio. Ressalta-se, porém, que gastos com mensalidade, apesar de serem bem menores para os domicílios mais pobres, representam uma parcela significativa dos gastos em educação nesses domicílios (Gráfico 5). Da mesma forma, os gastos com plano de saúde possuem grande peso relativo para os domicílios mais pobres, conforme pode ser visto no Gráfico 6.

Tabela 3: Estatística dos quintis da renda total domiciliar per capita (Em Reais)

Quintis da renda total per capita domiciliar	Nº de domicílios	Média	Limite inferior do quintil	Limite superior do quintil	Desvio padrão
1º quintil	1.234.291	62,93	0,00	150,00	54,10
2º quintil	1.117.460	213,38	150,20	283,00	38,00
3º quintil	1.087.572	364,06	283,33	464,50	51,92
4º quintil	1.118.322	538,80	465,00	697,33	70,43
5º quintil	1.192.529	1.777,70	697,50	155.316,67	5.145,17
Total	5.750.174	597,30			2.425,37

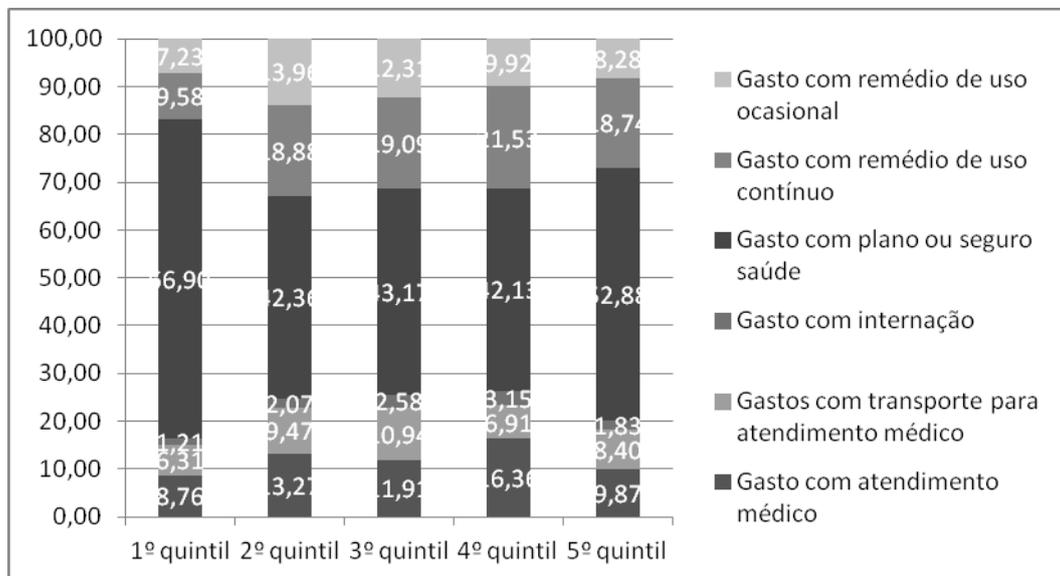
FONTE: Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), 2009

Gráfico 5: Distribuição percentual da despesa média mensal domiciliar per capita com educação (%) por quintil de renda



FONTE: Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), 2009

Gráfico 6: Distribuição percentual da despesa média mensal domiciliar per capita com saúde (%) por quintil de renda



FONTE: Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), 2009

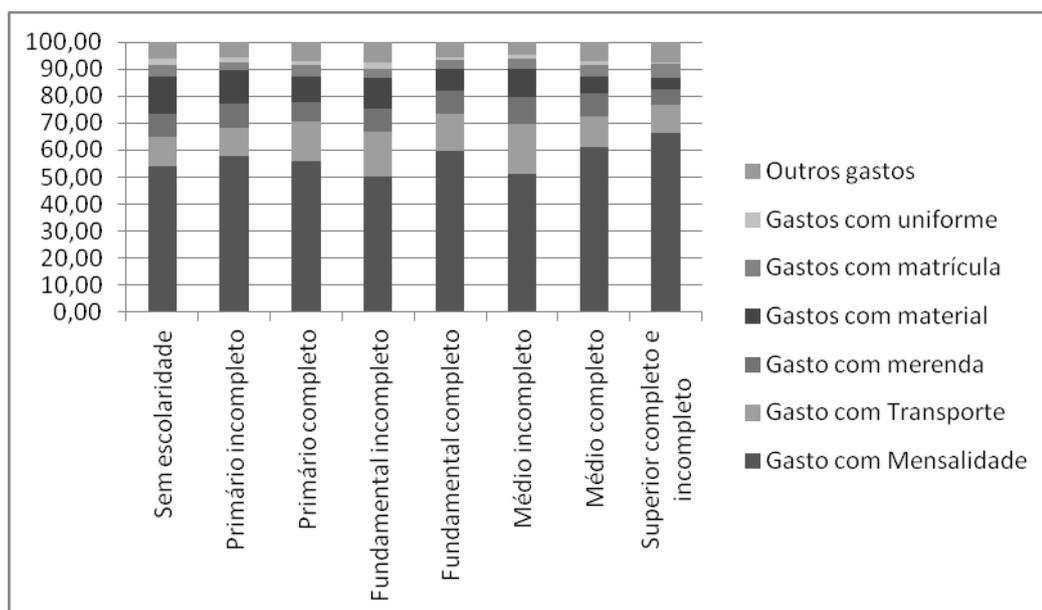
Apesar da forte relação entre a renda per capita e os gastos com saúde e educação, fatores relacionados à característica do domicílio ou do chefe do domicílio também são importantes na determinação da alocação dos recursos para os diferentes bens.

Como exemplo pode-se citar a forma diferenciada em que domicílios chefiados por mulheres e chefiados por homens gastam em educação e saúde. Os domicílios chefiados por homens representam 61,88% do total dos investigados e possuem renda total mensal domiciliar per capita de R\$636,33. Por outro lado, os chefiados por mulheres, 38,12% dos investigados, possuem renda menor, R\$533,92. Apesar dos domicílios chefiados por mulheres possuírem menor renda per capita, eles possuem um maior nível de gasto em educação e saúde quando comparado com domicílios chefiados por homens (Tabela 1). Os trabalhos que analisam o diferencial de sexo na alocação da renda para os diferentes itens de consumo, sobretudo aqueles baseados nos modelos coletivos de análise do comportamento econômico das famílias, mostram que as mulheres são mais altruístas, preocupam-se mais com gastos essenciais e o bem estar dos demais membros do domicílio (Thomas, 1990; Thomas e Chen, 1994; Quisumbing e Maluccio, 1999).

Com relação à escolaridade do chefe do domicílio, observa-se que os padrões de gastos, particularmente aqueles referentes à educação, podem sofrer influências desta variável. Assim, observa-se um crescimento gradativo da média de gastos mensais per capita, com o acréscimo de escolarização do chefe de família. No entanto, há um importante “salto” no crescimento deste tipo de despesa entre domicílios cujos chefes de família têm ensino superior completo ou incompleto (Tabela 1). Se em domicílios cujos chefes têm ensino médio completo a despesa mensal média per capita com educação corresponde a R\$94,33, em domicílios chefiados por indivíduos com escolarização superior este número é de R\$242,14. No caso dos gastos com saúde, apesar de também existir um aumento gradativo do gasto com o aumento da escolaridade, ele é mais gradual, ou seja, não ocorre o “salto” verificado na educação.

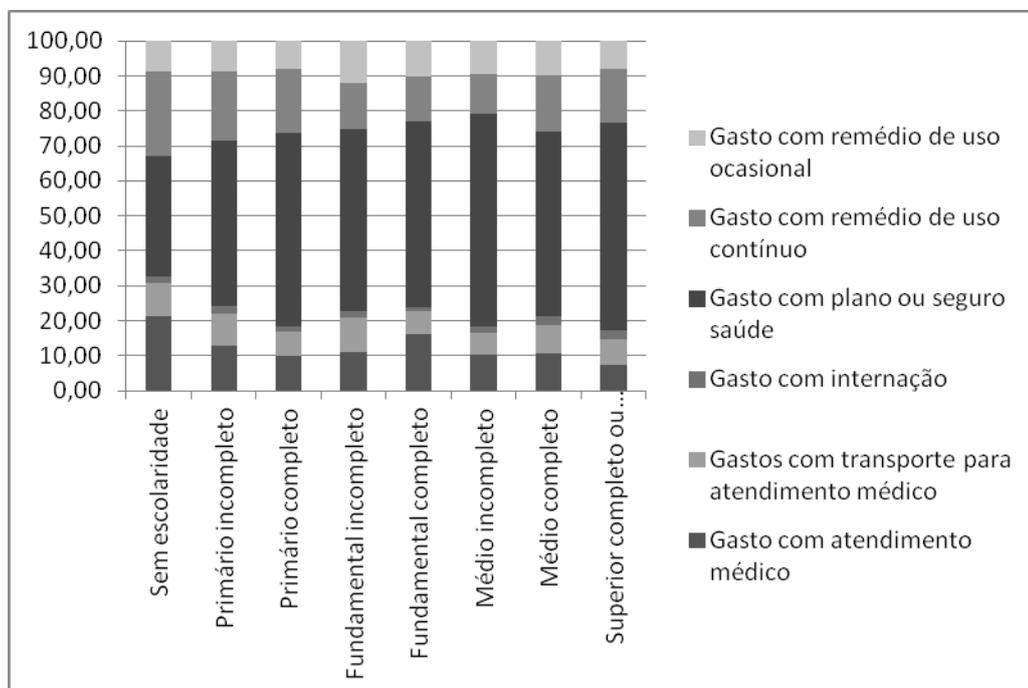
A escolaridade do chefe do domicílio também interfere na distribuição relativa, principalmente nos gastos em saúde. Diferentemente do que ocorre quando se analisa a distribuição percentual por quintil de renda, onde a participação com plano de saúde é maior para domicílios mais pobres, no caso da escolaridade do chefe do domicílio ocorre o inverso, ou seja, o peso relativo do gasto em plano de saúde é menor para os domicílios menos escolarizados. Essa participação vai aumentando com o nível de escolaridade (Gráfico 8).

Gráfico 7: Distribuição percentual da despesa média mensal domiciliar per capita com educação (%) por escolaridade do chefe do domicílio



FONTE: Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), 2009

Gráfico 8: Distribuição percentual da despesa média mensal domiciliar per capita com saúde (%) por escolaridade do chefe do domicílio



FONTE: Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), 2009

No caso da cor do chefe do domicílio, observa-se pela Tabela 1 que domicílios chefiados por pessoas que se declararam brancas possuem maior gasto em educação e saúde, seguido dos domicílios chefiados por pardos e pretos. Apesar desse comportamento estar bastante relacionado com a renda per capita, ou seja, os domicílios chefiados por brancos possuem maior renda que os demais (Tabela 4), a diferença dos gastos com saúde entre domicílios segundo essa característica é menor que os gastos com educação.

Tabela 4: Estatística dos domicílios segundo a cor/raça do chefe do domicílio

Cor/raça do chefe	Renda média total domiciliar per capita (Em Reais)	Porcentagem de domicílios no total (%)*
Branca	677,26	44,10
Preta	447,45	12,07
Parda	558,22	42,72

FONTE: Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), 2009

A não aleatoriedade da distribuição dos comportamentos de consumo em educação e saúde também pode ser percebida também quando são levadas em consideração outras características domiciliares, tais como a composição do domicílio. Domicílios cujo arranjo implica em um indivíduo vivendo sozinho apresentam maiores despesas nesses dois itens. Tais informações mostram a necessidade de abordagens multicausais desta temática.

Finalmente, a análise descritiva dos dados gerais sobre despesa em educação e saúde fornecidos pela PAD 2009 permite argumentar que comportamentos de consumo não são guiados exclusivamente por decisões de natureza individual, de maneira racional, ou exclusivamente pela disponibilidade de bens em uma situação de mercado. Diferentemente disto, há uma multiplicidade de dimensões capazes de delinear tais padrões de comportamento, daí variações em torno de dimensões como raça, composição de domicílio, gênero e região do estado. O engendramento de informações desta natureza, como faz a Pesquisa de Amostra por Domicílio, é fundamental para que conheçamos este quadro de maneira mais complexa.

5. CONCLUSÃO

O presente artigo tem como premissa a pertinência de análises dos comportamentos e padrões de consumo das populações não apenas no que diz respeito a conhecer os modos como uma sociedade se organiza de maneira mais geral – já que padrões de consumo se relacionam com estruturas de estratificação – mas também apresentar argumentos em torno do fato de que dados desta natureza são de grande importância para o desenho de políticas públicas mais efetivas de acesso a bens e serviços.

Com o intuito de argumentar nesta direção, mostramos como a abordagem econômica clássica se limita pelo pressuposto de que preferências não se alteram no tempo, não se diferem entre indivíduos ou posições socioeconômicas. Ao contrário, uma breve descrição dos dados obtidos pela PAD 2009 mostra variações importantes quando variáveis relativas às diferenciações sociais são consideradas. Assim, as análises dos comportamentos de consumo devem transcender as perspectivas fundamentadas no *homo economicus*, em direção à incorporação de fatores de natureza sociológica, a partir do uso de variáveis socioeconômicas como possíveis determinantes dos padrões gerais de consumo.

De um ponto de vista empírico, abordagens desta natureza só são possíveis se bases de dados como aquela constituída pela POF e pela PAD MG forem elaboradas. Isto porque permitem, como já mencionado, conhecer características do processo de estratificação, através da captura de questões relativas a desigualdades entre indivíduos e regiões, elementos fundamentais para se conhecer os comportamentos de consumo. Por seu turno, uma grande variedade de investigações é possível a partir da análise das estruturas de orçamento familiar.

Comportamentos de consumo, assim, não se dão em função exclusivamente de situações de mercado e decisões tomadas por atores racionais a despeito de seu contexto. A não aleatoriedade da distribuição dos comportamentos de consumo mostra isto, e assinala a necessidade de uma abordagem multicausal desta temática, de maneira empírica, como possibilitado por bases de dados como aquelas constituída pela Pesquisa de Amostra de Domicílios e pela Pesquisa de Orçamento Familiar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Elizabeth. *Unstrapping the Straitjacket of Preference: A Comment on Amartya Sen's Contributions to Philosophy and Economics*. Economics and Philosophy, Cambridge University Press, 2001.

BECKER, Gary. *On the New Theory of Consumer Behavior*. Em "The Economic Approach to Human Behavior". The University of Chicago Press, 1988

BOURDIEU, Pierre. *A Social Critique of the Judgement of Taste*. In: Bourdieu, Pierre. *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1986

ENGLAND, Paula. *Theories of Labor Market* In ENGLAND, Paula, "Comparable Worth: Theories and Evidence". NY: Aldine de Gruyter, 1992

GRANOVETTER, Mark. *The Sociological and Economic Approaches to Labor Market Analysis: A Social Structural View*. In FARKAS et al. "Industries, Firms and Jobs: Sociological and Economic Approaches". Hawthorne NY: Aldine de Gruyter, 1994.

HALLER, A., PORTES, A. *Status Attainment Process*. Sociology of Education, v. 46, 1969

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003: primeiros resultados: Brasil e grandes regiões*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Índices de Preços, 2004.

LANG, Kevin *et al.* *Neoclassical and Sociological Perspectives on Segmented Labor Markets*. In FARKAS *et al.* “Industries, Firms and Jobs: Sociological and Economic Approaches”. Hawthorne NY: Aldine de Gruyter, 1994.

MARCH, J. G. E SIMON, A. H.. *Teoria das Organizações*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975.

PASTORE, J. *Mobilidade Intergeracional no Brasil*, In: Pastore, J. *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1979.

PASTORE, J; VALLE, N. *Padrões de Mobilidade: 1973-1996*, In: Pastore, j. e Silva, N. *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo, Makron Books, 2000.

QUISUMBING, A. R.; MALUCCIO, J. A. *Intrahousehold allocation and gender relations: new empirical evidence*. Washington, DC: The World Bank, 1999.

SILVEIRA, F. G. *et al.* (orgs.) *Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas*. Vol. 02. Brasília, IPEA, 2007.

SØRESEN, Aage e KALLEMBERG, Arne. *An Outline of a Theory of the Matching of Persons to Job* In GRUSKY, David (org.). “Social Stratification: Classe, Race and Gender in Sociological Perspective”. Boulder: Westview Press, 1994

SWEDBERG, Richard. (1994), *Markets as Social Structures*. Em *The handbook of economic sociology*. Princeton/Nova York, Princeton University Press/Russel Sage Foundation, 1994

THOMAS, D. *Intra-household resource allocation: an inferential approach*. *The Journal of Human Resources*, v. 25, n. 4, 1990.

THOMAS, D.; CHEN, C. *Income shares and shares of income: empirical tests of models of household resource allocations*. RAND Labor and Population Program, 1994 (Working Paper Series, 94-08).